

# Obstrução na ordem do dia

**Projetos pretendem evitar a paralisação do Senado este ano**

Após uma mal sucedida investida feita pelo vice-líder governista Bernardino Viana, na quarta-feira última, apresentando o Projeto de Resolução retirando do Senado a competência de autorizar empréstimos a Estados e Municípios; (o que o levou a uma áspera discussão em plenário com o senador Evelásio Vieira, na primeira discussão da matéria) a liderança do PDS finalmente mostra sua verdadeira intenção, através do vice-líder José Lins, que apresentou no final da vazia sessão de sexta-feira Projeto de Resolução para impedir a prática da obstrução, nos moldes que vinha sendo feita pela Oposição e que paralisou o Senado no ano passado.

Preocupado com a péssima imagem do Senado difundida para a opinião pública, e por consequência da sua gestão, o presidente Jarbas Passarinho, cautelosamente, retirou este ano os empréstimos da Ordem do Dia, apesar de existirem perto de 300 deles na Secretaria da Mesa, esperando pelas modificações no Regimento Interno, para não sofrer maiores desgastes num ano eleitoral.

## COORDENAÇÃO

O Projeto apresentado por José Lins acolhe, por sinal, alguns pontos do pensamento do senador Passarinho a respeito da mudança do Regimento, de modo a adotar alguns princípios já estabelecidos no Regimento Comum (usado nas sessões conjuntas) e no Regimento Interno da Câmara dos senhores Deputados, ambos feitos pensando em coordenar a ação de mais de 400 parlamentares, enquanto o Senado possui apenas 67, razão pela qual seu Regimento difere dos demais.

Aliás, ele foi elaborado durante a gestão do presidente Magalhães Pinto, em 1970, quando a Oposição, representada pelo MDB, se resumia a uma meia dúzia de parlamentares, incapazes, portanto, de oferecer qualquer resistência diante da grande bancada da Arena. Mesmo assim, este Regimento permitia, como permite, e talvez com as modificações, caso sejam aprovadas, não mais permitirá, que um só senador obstrua os trabalhos do Senado, como bem demonstrou o capixaba Dirceu Cardoso, transformado pela imprensa no senador mais famoso do Espírito Santo, segundo palavras do governador Eurico Resende.

Uma coisa é certa: haverá muito barulho e será muito tumultuada a tramitação desses dois Projetos de Resolução. O vigilante Dirceu Cardoso, por exemplo, já se convenceu da necessidade de ser o primeiro a chegar e o último a sair da sessão, no sentido de oferecer toda a resistência possível aos projetos, e promete criticá-los diariamente a partir de amanhã. E foi só o senador capixaba se descui-



José Lins pretende regulamentar.



Bernardino Viana quer o Senado fora dos empréstimos. Jarbas Passarinho luta pelas prerrogativas



Arquivo/CB

dar, faltando à sessão de sexta-feira última, e o vice-líder José Lins apresentou seu Projeto de Resolução.

## BOI DE PIRANHA

O projeto do senador Bernardino Viana está sendo considerado completamente inviável, mas dentro da estratégia da liderança do PDS deverá servir como "boi de piranha", que deixará o projeto do senador José Lins "atravessar o rio, esperam os estrategistas regimentais do partido oficial. Bernardino, que deixa o Senado este ano e dificilmente retornará, não tem nada a perder e está disposto a assumir todos os riscos pela sua iniciativa, conforme anunciou em discurso dado como lido na sessão de sexta-feira. No dia anterior, 24 horas após seu projeto ter sido enviado à Mesa, aconteceu o que se temia e o que deverá acontecer de agora em diante: violentas discussões em plenário, ferindo o decoro parlamentar. Tanto que Bernardino encerrou sua fala depois de pedir, várias vezes, ao senador Evelásio Vieira, que o respeitasse ou que respeitasse o plenário da Casa, uma vez que Evelásio teimou em apostar o seu mandato, que termina também este ano, caso não conseguisse provar que Bernardino não passava de um "falsificador da verdade", ao querer demonstrar que a bancada do PDS, mesmo completa, não conseguiria aprovar os empréstimos com o atual Regimento Interno.

Segundo Bernardino, em nome da obstrução, o plenário do Senado foi transformado em um circo, "onde as piadas e chacotas dirigidas ao presidente da Casa e a alguns dos seus membros eram motivo de riso e mofa das galerias", e que seus integrantes (do circo) aprovaram apenas 26 projetos de empréstimo no ano passado, 10 por cento do total existente, aproximadamente. Alega o senador que mesmo com a bancada completa, o PDS atualmente gasta cerca de 20 horas de sessão para

aprovar um só projeto de empréstimo, e que seus membros, geralmente de idade bem avançada, não agüentam este esforço.

— "O empréstimo do Piauí, por exemplo: no dia em que foi aprovado os Cr\$ 634 milhões nós passamos toda a sessão e só conseguimos aprovar por milagre. Nós conseguimos colocá-lo em regime de urgência que passou despercebido da Oposição na Comissão de Justiça, senão, não haveria possibilidade de ser aprovado —", argumentou Bernardino a Evelásio. Este, se limitou a responder: "mas aprovaram".

## AS MODIFICAÇÕES

O Projeto de Resolução da liderança do PDS, apresentado por José Lins, objetiva reduzir as oportunidades de os senadores intervirem na discussão e no encaminhamento da votação, bem como o tempo de que dispõem para o uso da palavra, no sentido de não permitir que a Oposição (ou quem queira obstruir os trabalhos) não leve muito tempo falando, reduzindo assim, as 20 horas reclamadas por Bernardino para se aprovar um único projeto.

A proposição começa por modificar o capítulo do "Uso da Palavra", em seus diversos itens. Enquanto o dispositivo vigente garante ao senador, em qualquer fase da discussão, falar — uma vez — pelo prazo de 30 minutos, por exemplo, o projeto ora apresentado diminui este prazo para 20 minutos, durante a discussão preliminar, para 10 minutos, durante a discussão em segundo turno e no suplementar, e para 5 minutos quando se tratar de redação final.

O projeto, depois de vedar qualquer pronunciamento contra o vencido, dispõe, quanto à licença, se dela não resultar convocação de suplente, ser "lícito ao senador dela desistir a qualquer tempo". Quanto a requeri-

mento para adiamento de discussão de matéria, dispõe o projeto que, não havendo número, para votação, as solicitações naquele sentido não terão o efeito de sobrestar referida discussão.

No encaminhamento da votação, o projeto reduz de 10 para 5 minutos o uso da palavra e só uma vez durante o turno, e não mais uma só vez em cada sessão. Ou seja, o senador que falar em um dia não poderá ocupar novamente a tribuna, a não ser no segundo turno ou na redação final.

No artigo 306, o projeto determina que a discussão se encerrará por deliberação do plenário, a requerimento do líder, quando pelo menos quatro oradores já tiverem se apresentado ou se o assunto tiver sido debatido em duas sessões, o que não mais dará margem para vários oradores ocuparem a tribuna para falar sobre a matéria. Este é um dos principais pontos do projeto contra a obstrução, pois atualmente todos os 29 senadores da Oposição podem falar e, pelo projeto, depois do quarto orador o plenário poderá deliberar sobre o encerramento da discussão.

Proíbe, ainda, a qualquer senador falar sobre o vencido, salvo em explicação pessoal. No segundo turno regimental, limita o uso da palavra, na discussão, uma única vez, pelo prazo de 10 minutos o autor e o relator da matéria principal e um orador de cada partido, ou seja, novamente ataca a possibilidade de todos os 29 senadores da Oposição ocuparem a tribuna, protelando, deliberadamente, a discussão por meia hora cada um deles.

A decisão da Mesa sobre questão de ordem, conforme a proposição, será irrecurável, salvo se relacionada com dispositivo constitucional. Nesse caso, o recurso será "ex-officio", devendo o presidente remeter a matéria à Comissão de Justiça. O projeto aumenta, ainda, o elenco das hipóteses em que não se permitem apartes.